

COLETIVO DE EDUCAÇÃO DO NÚCLEO AGRÁRIO TERRA E RAIZ: RELATOS, EXPERIÊNCIAS E APRENDIZADOS

Maria Clara Silva Laurenti¹
Nathalia Da Cruz²
Giovana Do Prado Machado Rosa³
Beatriz Canotilho Logarezzi⁴
Onilda Alves Do Carmo⁵

RESUMO

O NATRA (Núcleo Agrário Terra e Raiz), grupo de extensão comunicativa e popular vinculado a Universidade Estadual Paulista –UNESP, campus de Franca, formado em 1997, busca em suas atividades favorecer a emancipação social, cultural e política dos sujeitos do campo objetivando, assim, somar à luta pela democratização da terra e pela reforma agrária. Desde 2016 o grupo realiza atividades com os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental II da escola “Leonor Mendes de Barros”, localizada na área rural do município de Restinga - SP. Pautado pela pedagogia de Paulo Freire, o grupo acredita na educação como um ato político de transformação social e devido a isso, busca em suas oficinas abordar, de forma participativa, temas que envolvem a realidade dos alunos e o contexto atual da sociedade brasileira. Este artigo tem como objetivo apresentar relatos das experiências vividas pelos extensionistas durante as atividades realizadas na escola e, a partir disso, analisar o rebatimento das atividades no ambiente em que são desenvolvidas.

Palavras-chave: educação popular; educação do campo; extensão comunicativa e popular.

1. INTRODUÇÃO

O núcleo agrário terra e raiz é um grupo de extensão popular e comunicativa interdisciplinar, que há mais de 20 anos realiza suas atividades na região de Franca e Ribeirão Preto, sempre apoiando os movimentos sociais rurais. Uma das formas de aproximação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é através do coletivo de educação, do qual falaremos nesse artigo.

A proposta do presente artigo é relatar as experiências em relação às atividades realizadas na escola municipal de ensino fundamental “Leonor Mendes de Barros” na cidade de Restinga e o conhecimento epistemológico da proposta da lei 9.9394, a qual determina que o ensino no campo deve ser adaptado às particularidades da vida rural.

2. O NATRA

¹ Discente do 3º ano de Direito da UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS. E-mail: mariaclarasilvalaurenti@gmail.com;

²Discente do 4º ano de Relações Internacionais da UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS. E-mail:nathalia.dacruz@gmail.com;

³ Discente do 3º ano de Serviço Social da UNESP campus de Franca - SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FHS. E-mail: gipmrosa@hotmail.com;

⁴Discente do o 3º ano de Direito da UNESP campus de Franca-SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- FCHS. E-mail: bia.logarezzi@gmail.com

⁵ Docente do curso de Serviço Social da UNESP campus Franca- SP. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - FCHS. E-mail: onildalves@uol.com.br.

O Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) é um grupo de extensão comunicativa e popular que deu início às suas atividades em 1997 e que, desde então, realiza atividade na comunidade assentada e acampada de Ribeirão Preto e Franca, em especial o assentamento 17 de Abril, na fazenda Boa Sorte.

O grupo surgiu da necessidade que os discentes da UNESP Franca viram em debater a questão agrária e promover atividades que apoiassem a luta pela Reforma Agrária Popular. Em 2000, o núcleo passa a ser institucional e reconhecido como extensão pela Pró-reitoria de Extensão Universitária (PROEX) da UNESP.

O NATRA contribui de forma direta para a formação crítica dos alunos extensionistas sobre a questão agrária, movimentos sociais e educação popular, buscando sempre fortalecer, em especial, os movimentos sociais rurais.

O núcleo é um grupo interdisciplinar, que atualmente conta com 30 integrantes dos cursos de Serviço Social, História, Relações Internacionais e Direito, que se dividem em dois coletivos, o de produção e de educação. Além de contar com quatro estagiárias de Serviço Social e duas de Relações Internacionais, tem também como característica a horizontalidade e busca em suas ações contribuir para uma nova universidade pública e sociedade, enfatizando a legitimação dos movimentos sociais e dos sujeitos que os compõem.

O grupo sempre participou de eventos e relatou sua vivência através de artigos publicados em diversos eventos, em periódicos, em capítulos de livros e em congressos de iniciação científica e de extensão universitária. Além de sempre estar presente nos debates sobre extensão popular e comunicativa no campus de Franca, baseando-se, principalmente, no apoio à um trabalho crítico com os segmentos populares, pensando que a universidade precisa fazer-se presente nos assuntos que dizem respeito a sociedade e a transformação social e fazendo com que o conhecimento produzido na academia ultrapasse o espaço universitário e atinja a sociedade como um todo.

Os objetivos do grupo materializam demandas da sociedade, afinal não é possível pensar uma pátria livre e soberana com tamanho nível de concentração da terra e da riqueza. A defesa da luta pela terra e da Reforma Agrária Popular, o apoio aos movimentos sociais se confundem com a bandeira da democracia e da cidadania, portanto é (ou deveria ser) bandeira da universidade pública. A materialização destes ideais permeia cada ação, projeto ou publicação do NATRA, que mesmo como contra tendência da universidade atual, resiste e segue fazendo da extensão universitária um exercício de militância em prol das causas libertárias e dos direitos humanos. (SANT'ANA, CARMO, CHINALI, 2011)

O NATRA busca trazer atividades de formação para toda a comunidade acadêmica, pois entende que é necessário que seja ampliado o debate sobre questão agrária e luta pela terra, e para isso realiza místicas, leituras, cine-debates e reflexões sobre conjuntura. O NATRA possui dois subgrupos, denominados de Coletivo de Produção, que tem um maior enfoque na área de agroecologia, e o Coletivo de Educação, o qual será o foco deste artigo, tendo suas atividades descritas a seguir.

3. COLETIVO DE EDUCAÇÃO DO NATRA

O Coletivo de Educação realiza atividades lúdicas voltadas para a vivência campesina e, baseando-se na proposta pedagógica do MST, atuam na escola municipal “Leonor Mendes de Barros”, localizada no assentamento 17 de abril, Fazenda Boa Sorte, Restinga-SP, objetivando a construção de um novo sujeito, em busca por valores libertadores.

As atividades acontecem uma vez por semana, no primeiro ao quinto ano, durante 50 minutos cada turma, com em média 15 crianças por sala. O grupo utiliza da perspectiva de educação popular de Paulo Freire, assim, as atividades desenvolvidas partem da realidade de

cada turma, levando em consideração a singularidade, subjetividade e interesses das crianças. Dessa maneira, para a elaboração de suas atividades, os membros do coletivo buscam construir um diálogo e um espaço horizontal com as crianças, para que ao pensar as oficinas, atividades e brincadeiras tenham ideias as quais, de maneira lúdica, contemplem as demandas de cada turma e, se possível, de cada criança, além de proporcionar um espaço confortável e libertador para as crianças.

O coletivo tem como linha três temas abrangentes: agroecologia, identidade sem-terrinha e gênero, e por meio de materiais lúdicos, brincadeiras, músicas, arte, entre outras atividades, traz uma reflexão crítica sobre os assuntos que esses temas demandam, partindo da realidade das crianças, e com a pretensão de potencializar nas crianças a construção de visões transformadoras da sua realidade e que as fortaleçam como sujeitos de cultura e de direitos.

É importante comentar que a escola “Leonor Mendes de Barros”, a despeito de se localizar num lugar de muita luta e resistência, o assentamento 17 de Abril, possui os moldes e segue a pedagogia de uma escola da cidade, não tendo atenção com as questões da luta por reforma agrária popular e da identificação com a terra. Portanto, as atividades do coletivo tentam reforçar essas questões nas crianças, a identidade sem-terrinha e a valorização do campo, e do assentamento onde elas vivem, como um espaço enriquecedor, importante e indispensável para a cidade de Restinga e para a sociedade como um todo e, principalmente, para eles e todos que ali moram, trabalham e convivem.

Para dentro do grupo, além de fomentar estudos e oficinas no Núcleo Agrário Terra e Raiz sobre educação popular, o coletivo traz o debate sobre educação no campo e do campo, sua diferença e a necessidade de implementar na escola em que realiza atividades a pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, uma educação do campo que fortaleça a identidade campestre das crianças.

3.1. A ESCOLA DO CAMPO

Como já exposto anteriormente, a escola na qual o coletivo realiza suas atividades possui “os moldes da cidade”, ou seja, é uma escola no campo que segue um currículo urbano: não desenvolve as especialidades do meio rural e, por consequência, não potencializa nos sujeitos suas características e potencialidades, pensando o lugar onde ele vivem, o campo.

De acordo com Miguel Arroyo, a educação do campo é o direito daqueles que vivem no meio rural de serem educados no espaço onde moram e trabalham, possuindo uma pedagogia específica para o campo, pensada a partir do espaço em que habitam, trabalham e socializam com os demais. Uma educação que se propõe a pensar na formação das pessoas do campo e nas suas necessidades culturais, sociais e humanas, objetivando o desenvolvimento do meio rural e das pessoas que trabalham nele e o habitam, como sujeitos de direitos, políticos e culturais.

Não basta ter escolas *no* campo; queremos ajudar a construir escolas *do* campo, ou seja, escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo. (ARROYO, 2008, p. 27)

O projeto político pedagógico das escolas do campo deve, sobretudo, valorizar o campo e a identidade dos adultos, crianças e idosos que o habitam, fortalecendo os laços das pessoas com os outros que convivem, com o espaço físico, suas raízes, história e seus direitos.

Além disso, é imprescindível enfatizar que o campo é um lugar fundamental, não só para aqueles que o ocupam, como também para a sobrevivência da cidade, sendo assim, a história e a trajetória dos povos do campo deve ser estudada e valorizada; deixando a equivocada visão de atraso e inferioridade, habitualmente associada ao campo, de lado.

Importante ressaltar que esses povos que ocupam o campo e demandam escolas específicas às suas necessidades não são apenas os povos camponeses agricultores, mas sim diferentes sujeitos como quilombolas, povos indígenas, pescadores, ribeirinhos, assentados, reassentados, acampados, lavradores, roceiros, meeiros, assalariados rurais, etc.

Os membros do coletivo de educação, e do NATRA como um todo, além de pesquisar e se aprofundar nos estudos sobre educação do campo e identidade camponesa, tentam utilizar dos saberes teóricos na realização de suas atividades. Assim, tentamos, nas atividades na escola, trabalhar as potencialidades das crianças a partir das necessidades e particularidades delas e do lugar onde elas e suas famílias vivem; entendemos que o fato da escola possuir currículo urbano aumenta nosso papel de fortalecimento e valorização das crianças como sujeitos do campo, como sem-terrinha, e a exaltação do campo como um lugar extremamente enriquecedor, cultural e político, um lugar de resistência ocupado por sujeitos de luta.

4. METODOLOGIA

Na realização de suas atividades, o grupo parte de uma concepção popular emancipadora da educação. Dessa maneira, preza-se pela troca e entende-se o ambiente da sala de aula como um espaço horizontal de produção de conhecimento, e não um ambiente no qual há transmissão de saberes professor-aluno. A educação libertadora, ao contrário da educação bancária, expressões usadas por Paulo Freire, dentro do contexto do campo, foge do caráter assistencialista que acaba tratando de conteúdos discrepantes da realidade campesina a qual se insere o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. É a intenção do grupo, por isso, fugir do arbitrário cultural da maioria das escolas urbanas do país, tratando de assuntos relacionados com o cotidiano das crianças, como melhor será explicitado a seguir.

Para que isso aconteça, a metodologia utilizada se baseia em reuniões semanais entre os membros do coletivo. Dentro de um projeto de educação popular que é montado e discutido antes mesmo de começarem as atividades, nas reuniões são discutidos os pormenores das ações do grupo na ida à escola da referente semana. Assim, frequentemente os membros estudam e constroem atividades lúdicas que remontem, principalmente, aos temas de agroecologia, identidade sem-terrinha e gênero, como mencionado.

Como parte do grupo NATRA, há também o Coletivo de Produção, com o qual se tem grande contato com, o qual faz parte também do projeto do Núcleo e trabalha mais especificamente com a agroecologia. Dessa forma, todos os integrantes se reúnem também semanalmente para discutir questões concernentes aos trabalhos conjuntos e também específicos de cada Coletivo. São eles complementares – visto que a compreensão íntegra das atividades do Núcleo e todas as discussões as quais ele engloba se configuram como de extrema importância para o desenvolvimento e melhoria das práticas do Coletivo de Educação, até porque também são trabalhados temas que perpassam a agroecologia dentro das escolas, junto às crianças e a sua realidade dentro do campo.

5. PRETENSÕES DE IMPACTO DO COLETIVO

A infância é um período historicamente concebido como um grande processo de formação, é nesse período que a criança constrói suas bases ideológicas e começa a descobrir seu lugar na sociedade, o Coletivo de Educação do NATRA pretende usar da educação popular para auxiliar as crianças da escola “Leonor Mendes de Barros”, na qual realizamos nossas atividades, nesse processo de formação e emancipação política.

Usando de jogos, brincadeiras e atividades culturais, lúdicas e esportivas, as oficinas que são semanalmente realizadas na escola do assentamento tem a intenção de desenvolver o senso crítico das crianças, assim como um sentido de solidariedade, companheirismo,

empatia, respeito e cooperação. As oficinas contam também com discussões sobre temas relacionados à realidade em que vivem as crianças do assentamento, como os movimentos sociais e sua importância para a sociedade, com enfoque especial na luta do MST pela terra e porque ela é essencial, sendo essa discussão feita com o objetivo de ajudar na construção da identidade Sem Terrinha das crianças, que é frequentemente deslegitimada dentro do ambiente da educação formal. A importância de incluir temas que dizem respeito a realidade das crianças está demonstrada no parágrafo único do artigo 2º das Diretrizes Operacionais da Educação no Campo:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país. (BRASIL, 2002).

Também através de discussões o coletivo busca construir nas crianças uma consciência da desigualdade de gênero, dentro e fora do campo, e desconstruir preconceitos que são enraizados nas crianças desde o berço, tem-se ainda a pretensão de trabalhar o entendimento das crianças em relação a questão agrária, ao desemprego, a concentração de terras, a soberania alimentar no Brasil e quais as suas origens.

Todas as atividades e discussões feitas nas oficinas visam contribuir para a formação política crítica das crianças trabalhando a noção de emancipação humana em sentido político e cultural, essa emancipação tem o propósito de a criança vir a se perceber como sujeito social e produtor de cultura. Dentro da educação formal as crianças são muito das vezes silenciadas e forçadas a uma posição onde tudo que podem ser é uma repetição dos adultos, não é permitido que eles tenham uma opinião própria ou tomem decisões por si só, o coletivo busca nessa formação que as crianças venham a assimilar seu direito à escolha, seu direito de expressar suas opiniões em relação às experiências vividas por eles e que se percebam como capazes de contribuir na transformação do lugar onde vivem e na sociedade como um todo, para isso é preciso que também se discuta com eles sobre as relações entre adultos e crianças e toda a dinâmica de dominação e opressão dos adultos para com as crianças que se dá nessa relação, desmistificando a ideia de que esse é o único tipo de relação possível.

É importante notar que todo esse processo de formação do senso crítico e emancipação política das crianças não se dá de forma rápida ou mesmo de forma linear, sem contradições, esse processo, quando feito nos moldes da educação popular, tem que seguir o tempo, necessidades e interesses próprios das crianças, é necessário deixar que as próprias crianças tenham participação nos moldes em que se dá essa emancipação, e que elas estejam cientes disso.

6. CONCLUSÃO

A vista do exposto, as atividades do Coletivo de Educação do NATRA, e do grupo de extensão como um todo, direcionam-se ao desenvolvimento de espaços horizontais. Os quais a partir da troca de saberes levam à transformação dos sujeitos que o compõem: tanto as crianças, assentados e acampados envolvidos nos projetos, quanto os discentes, docentes participantes do NATRA, a universidade e a comunidade como um todo, por meio de eventos, manifestações artísticas e atividades sobre agroecologia, questão agrária e luta pela terra propostas pelo grupo.

Entendemos que a universidade pública e o meio acadêmico devem construir um conhecimento que se importe com os segmentos populares, os movimentos sociais e a comunidade que o envolve. Portanto, por meio das nossas oficinas e teoricamente embasados

na educação popular freiriana e na pedagogia do Movimento Sem Terra, buscamos construir atividades lúdicas, com base na vivência, necessidades e subjetividades das crianças, que fortaleçam a identidade sem-terrinha e camponesa, o senso crítico delas como sujeitos de direitos empoderados, políticos, e produtores de culturas, capazes de transformar o espaço onde vivem e a sociedade a qual estão inseridos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel. **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. lei nº9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.html>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/acompanhamento-da-frequencia-escolar/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

BRASIL. **Pró-Letramento: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2008.

CALDART. Roseli Salete: **Pedagogia do Movimento Sem Terra**, 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMPOS, Jennyara Carolina de. **Projeto “Informática e Cultura na Reforma Agrária” e Sua Interlocução Com a Educação no Campo**. in: VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 7., 2015, Campinas: Feagri, 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER J. A. **Agroecologia: Conceitos e Princípios Para a Construção de Estilos de Agriculturas Sustentáveis**. In: NOVAES, H.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L (Org.). **Questão Agrária, cooperação e agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, v. 1, 2015, p. 263-283.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Imagens Entrecruzadas de Infância e de Produção de Conhecimento Histórico em Walter Benjamin**. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; FARIA, Ana Lúcia Goulart; PRADO, Patrícia Dias (orgs.). Por uma cultura da infância. 2 ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

SANT'ANA, R. S., Carmo, O.A. **A Trajetória do Núcleo Agrário Terra e Raiz de Franca/SP: a extensão universitária comprometida com as lutas populares e os movimentos sociais**. iN: Márcio R. O. Pozzer, Cultura e extensão universitária: perspectivas de institucionalização de uma política pública. São João Del-Rei / MG, Malta Editores Ltda, 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do Campo: Propostas e Práticas Pedagógicas do MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.